



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**ATA**

**MEMÓRIA DE REUNIÃO**

**6ª reunião ordinária de 2021 da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável**

**Objetivo da reunião:** Reunião periódica mensal

**Local:**  
Reunião  
virtual  
pelo  
Teams

**Data:** 05/07/2021

**Horário:** 15:00 h às 16:20 h

**Pauta:**

- VIII Seminário de Sustentabilidade do Poder Judiciário - STJ
- Semana do Meio Ambiente - TRF1
- Resolução CNJ 400/2021 - Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário

**Participantes**

Irani Pierre de Araújo Ribeiro (Vice-presidente da CGPLS - Coordenadora do Grupo Executivo I)

Aline Maria Lima Sá Campos (Coordenadora do Grupo Executivo IV)

Kely Marques Mello (Coordenadora do Grupo Executivo III)

Luiz Alberto Alves (Coordenador indicado do Grupo Executivo V - aguardando publicação de portaria)

Lucimar Nunes de Melo Bonfim - Ascom (suplente)

Rodrigo Pires Andrade Maranhão - Dicom

Nádia Barbosa da Cruz Santana - Dipla

Carlos Roberto de Jesus Domingues (supervisor da Seamb e secretário da CGPLS)

- Gravação da reunião no aplicativo *Teams* -

Na ausência da presidente da CGPLS, por motivo de férias, o supervisor da Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão - Seamb deu início à reunião fazendo um breve relato de suas impressões sobre:

a) VIII Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, nos dias 28, 29 e 30 de junho (Programa 13584924). O supervisor da Seamb recomendou fortemente que todos os membros da CGPLS que não tenham participado formalmente do evento que assistam às palestras que se encontram disponibilizadas no YouTube (links: [dia 28/06](#) manhã; [28/06 - tarde](#); [29/06](#) e [30/06](#)). No programa 13584924) destacam-se os temas: Panorama da Agenda 2030 no Poder Público; Plano de Logística Sustentável e Governança de Contratações Públicas (ODS 12); Inclusão de cotas em contratos de terceirização para mulheres que sofrem violência doméstica e familiar (ODS 5); Impactos socioambientais da perda e desperdício de alimentos (ODS 2); Política de Sustentabilidade e Balanço Socioambiental do Poder Judiciário(ODS 16); e a Nova Lei de Licitações e o Desenvolvimento Nacional Sustentável (ODS 12 e 16); atualização da Resolução CNJ 201/2015 pela Resolução CNJ 400/2021;

b) Semana do Meio Ambiente - promovida pelo Tribunal nos dias 21, 23 e 25 de junho (registros PAe 0013360-58.2021.4.01.8000), Agradecendo aos organizadores pelo bem sucedido evento, o supervisor da Seamb recomendou aos membros da CGPLS que assistam aos vídeos das oficinas disponibilizadas no YouTube (links das oficinas: [Aproveitamento Alimentar](#); [Horta Caseira](#) e [Alimentação Saudável](#)).

O supervisor da Seamb informou também sobre a publicação da Resolução CNJ 400/2021 (13247224), que trata sobre a Política de Sustentabilidade do Poder Público e revoga a Resolução CNJ 201/2015. Tendo em vista a publicação da Resolução CNJ 400/2021, as normas que dispõem sobre o tema socioambiental e o próprio Plano de Logística Sustentável do Tribunal, recém publicado, serão revisados para alinhar-se aos novos dispositivos da norma do CNJ. O supervisor da Seamb solicitou a todos os membros da CGPLS que se familiarizem com a nova resolução do CNJ.

A coordenadora do Grupo Executivo I e vice-presidente da CGPLS, Irani Ribeiro, parabenizou e agradeceu aos membros do Grupo Executivo IV pela organização da Semana do Meio Ambiente, destacando especialmente a oficina que tratou do combate ao desperdício de alimentos, tema para o qual as pessoas devem, no seu entendimento, ser permanentemente sensibilizadas, tendo em vista a maior adoção do consumo consciente também dos alimentos. Como sintoma do mal uso dos recursos naturais, comportamento que deve ser alvo de sensibilizações como as ocorridas na Semana do Meio Ambiente, a vice-presidente da CGPLS lembrou que a cada ano que passa o Dia da Sobrecarga da Terra (dia que marca o atingimento da demanda por recursos ecológicos renováveis pelo planeta durante o ano) se aproxima cada vez mais do início do ano. O diagnóstico atual é de que no início do segundo semestre já se consumiram os recursos passíveis de renovação sustentável pelo planeta ao longo de todo o ano [estimando-se que se necessite, atualmente, de cerca de 1,6 planeta para suprir toda a demanda de consumo da população mundial].

A coordenadora do Grupo Executivo IV, Aline Campos, em nome de todo o grupo, agradeceu pelo reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Destacou sobre a importância da manutenção das ações de sensibilização para que as pessoas possam alcançar as demais dimensões do tema sustentabilidade, que vai além "plantação de árvores", perpassando as várias relações entre o indivíduo, a sociedade e o meio ambiente, como a saúde individual, o menor impacto ambiental e a melhoria das relações sociais, como, por exemplo, pelo exercício da solidariedade com o próximo. Lembrou que essa inter-relação da sustentabilidade foi muito exposta pela pandemia de Covid-19. A coordenadora do Grupo Executivo IV destacou, ainda, a importância de se colocar em prática, na vida pessoal, os conhecimentos adquiridos nas ações de capacitação e sensibilização, dando como exemplo várias ações sustentáveis que passaram a integrar a sua vida pessoal e a de sua família.

O supervisor da Seamb sublinhou o forte papel que as instituições públicas podem ter na promoção da sustentabilidade por meio da implementação das compras sustentáveis, tema tratado pelo VIII Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário. Lembrou também que a própria Pandemia de Covid-19 pode ser um alerta para todos, como amostra concreta das consequências das ações humanas no meio ambiente, entendendo ser este um período propício para a auto-reflexão sobre os possíveis efeitos negativos na vida de todos em decorrência da adoção de um estilo de vida insustentável. Esta oportunidade de auto-reflexão é, a seu ver, um dos poucos pontos positivos que se extraem da pandemia.

A vice-presidente da comissão destacou o reforço normativo que o Tribunal terá com a recente edição de normas pelo CNJ, pelo CJF e pelo Tribunal (Resolução CNJ 400/2021 - 13247224; Resolução CJF-709/2021 13110897 e Portaria Presi 171/2021 - 13023913), que possibilitarão ao Tribunal implementar, entre outras ações, uma política de compras sustentáveis e uma gestão de resíduos fundamentada. Lembrou também o desafio que o Tribunal terá na retomada do trabalho presencial uma vez que o impacto socioambiental (de consumo e de gestão de resíduos) estará diretamente relacionado ao grau de adoção do trabalho remoto a ser implementado pelo Tribunal.

A diretora da Divisão de Planejamento - Dipla, Nádia Santana, informou à CGPLS sobre a possibilidade de destinação orçamentária para o desenvolvimento das ações socioambientais, caso a comissão entenda seja necessário à implementação do PLS, tendo em vista ser esta uma despesa estratégica. A eventual alocação de demanda orçamentária para a implementação de ações de sustentabilidade, dependerá da apresentação da demanda bem como da análise e aprovação da administração.

A vice-presidente da comissão informou que o eventual reforço orçamentário para o PLS poderia ser direcionado para a melhoria da comunicação das ações socioambientais do Tribunal.

#### PRÓXIMAS AÇÕES

	Atividades	Responsáveis e prazo
1.	Acompanhamento do processo de formalização de parceria com o Projeto Reciclotech (PAe 0010776-18.2021.4.01.8000)	Seamb - prazo 02/08
2.	Evento para sensibilização do corpo funcional quanto à importância do correto descarte de resíduos sólidos, em celebração ao <i>Dia de Combate à Poluição</i>	Grupo Executivo I - 2º semestre
3.	Realização de campanha de sensibilização para devolução dos equipamentos de impressão em desuso.	Grupo Executivo III/Ascom - 2º semestre
4.	Realização de pesquisa sobre o grau de conhecimento do PLS pelo corpo funcional	Ascom/Seamb - 2º semestre
		Ascom/Seamb/CGPLS - prazo 15/10

5.	Modernização do Portal do Tribunal - Gestão Sustentabilidade (0012596-72.2021.4.01.8000)	
6.	Alinhamento de normas socioambientais e do PLS à Resolução CNJ 400/2021	CGPLS/Seamb/Secge - prazo 15/10
<b>PRÓXIMA REUNIÃO</b>		
<b>Local:</b> Videoconferência		<b>Data:</b> 02/08/2021



Documento assinado eletronicamente por **Aline Maria Lima Sá Campos, Supervisor(a) de Seção**, em 28/07/2021, às 15:42 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Irani Pierre de Araújo Ribeiro, Diretor(a) de Núcleo**, em 28/07/2021, às 20:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nádia Barbosa da Cruz Santana, Diretor(a) de Divisão**, em 29/07/2021, às 10:38 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Pires Andrade Maranhão, Diretor(a) de Divisão**, em 29/07/2021, às 16:42 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto de Jesus Domingues, Supervisor(a) de Seção**, em 30/07/2021, às 14:18 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **13588410** e o código CRC **D64CD28F**.